Art. 11.º Os lugares de observadores auxiliares e os de encarregados das estações meteorológicas, climatológicas e pluviométricas terão a gratificação que lhes fôr arbitrada pelo Ministro das Colónias, sob proposta do governador da colónia.

Art. 12.º Fica a fazer parte do pessoal dos serviços meteorológicos de Cabo Verde o pessoal assalariado actualmente em serviço na Estação Central Meteorológica de S. Vicente e no Observatório Meteorológico da Praia e que se compõe de:

- 1 escrevente dactilógrafo;
- 3 serventes.

Art. 13.º O governo da colónia regulamentará os serviços meteorológicos de Cabo Verde por diploma legislativo.

Art. 14.º Este decreto entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1945.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Cabo Verde.

Paços do Governo da República, 6 de Dezembro de 1944. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano*.

Decreto n.º 34:175

Convindo modificar o quadro administrativo da colónia de S. Tomé e Príncipe, de forma a ajustá-lo melhor às disposições da Reforma Administrativa Ultramarina, e atendendo à situação financeira da colónia e às necessidades actuais dos serviços de administração civil e de negócios indígenas;

Tomando em consideração as sugestões do relatório da última inspecção realizada aos serviços centrais da referida colónia;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º, § 1.º, n.ºs 1.º a 3.º, da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e por motivo de urgência, nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os serviços de administração civil e dos negócios indígenas na colónia de S. Tomé e Príncipe são reunidos numa Repartição Central de Administração Civil e dos Negócios Indígenas, na qual se concentrarão as atribuições por lei incumbidas até agora à Repartição dos Serviços de Administração Civil e à Curadoria dos Serviços e Colonos, que nela se incorporam, de acôrdo com o disposto no artigo 282.º, § único, e no artigo 283.º da Reforma Administrativa Ultramarina.

Art. 2.º A Repartição Central de Administração Civil e dos Negócios Indígenas será dirigida por um chefe de serviços com a categoria de inspector administrativo e terá mais o seguinte pessoal, que constitue o quadro administrativo da colónia, a prover nos termos gerais da Reforma Administrativa Ultramarina:

- 2 administradores de circunscrição.
- 3 secretários de circunscrição.
- 3 chefes de posto.
- 5 aspirantes.

Art. 3.º Além do quadro administrativo de que trata o artigo anterior, haverá um quadro auxiliar, a prover por contrato, constituído por 4 amanuenses e 1 contínuo.

Art. 4.º A Repartição Central compreenderá duas secções: uma de administração civil e outra dos negócios indígenas; desta se encarregará directamente o

chefe dos serviços, como curador; daquela ficará incumbido um dos administradores do quadro, que será por inerência também administrador do concelho de S. Tomé.

§ único. A secção dos negócios indígenas poderá dividir-se em duas sub-secções — do expediente e serviços gerais e da contabilidade —, cada uma delas a cargo de um secretário de circunscrição.

Art. 5.º O outro administrador do quadro será colocado na Ilha do Príncipe, onde exercerá as funções de administrador do concelho e de agente do curador, tendo como adjunto um secretário de circunscrição.

Art. 6.º Dos três chefes de posto um exercerá as funções de arquivista na Repartição Central e os outros dois serão colocados em postos administrativos a criar em locais fixados pelo governador da colónia.

Art. 7.º Dois aspirantes desempenharão as funções de secretários das administrações dos concelhos de S. Tomé e do Príncipe e os restantes três serão colocados nas secções da Repartição Central.

Art. 8.º Os amanuenses do quadro auxiliar serão utilizados em S. Tomé ou no Príncipe, conforme as necessidades do serviço.

Art. 9.º O vencimento do chefe da Repartição Central será o fixado actualmente para o curador; o vencimento anual de cada um dos administradores será de 42.000\$, acrescido para o do concelho do Príncipe da gratificação anual de 6.000\$, pelo desempenho das funções de agente do curador, em substituição da prevista no § único do artigo 423.º do Código de Trabalho Indígena; os restantes funcionários do referido quadro perceberão os vencimentos actualmente previstos nas tabelas organzacionais para os funcionários das categorias que lhes corresponderem, segundo as regras do § 6.º do artigo 13.º do decreto-lei n.º 23:229, de 15 de Novembro de 1933.

Art. 10.º Os vencimentos anuais dos amanuenses e do contínuo, a que se refere o artigo 3.º, são fixados, respectivamente, em 9.600\$ e 5.064\$.

Art. 11.º Na transição para o quadro administrativo fixado por êste decreto dos funcionários que actualmente estiverem em serviço observar-se-ão as regras dos artigos 13.º a 16.º do decreto-lei n.º 23:229, de 15 de Novembro de 1933, continuando provisoriamente a exercer os actuais cargos enquanto a nova situação de cada um não fôr definida.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de S. Tomé e Príncipe.

Paços do Governo da República, 6 de Dezembro de 1944. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano*.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

Decreto n.º 34:176

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e por motivo de urgência, nos termos do § 2.º do mesmo artigo, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o governador geral da colónia de Angola a conceder a isenção referida no decreto n.º 30:286, de 1 de Fevereiro de 1940, aos prédios urbanos cuja construção venha a ser iniciada e concluída até 31 de Dezembro de 1949.

Art. 2.º Pode o Ministro das Colónias autorizar que aos cônsules estrangeiros nas colónias sejam concedidas as isenções aduaneiras que, em regime de reciprocidade, sejam estabelecidas pelos governos dos respectivos países a favor dos cônsules de Portugal.

§ único. As autorizações a que se refere o corpo dêste artigo serão concedidas por despacho, ouvido o Ministério dos Negócios Estrangeiros sôbre o regime de reciprocidade.

Art. 3.º As isenções de direitos a autorizar pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 22.º do decreto n.º 31:715, de 8 de Dezembro de 1941, com referência à portaria ministerial n.º 5 publicada em Luanda em 8 de Setembro de 1939, podem ser extensivas aos materiais, móveis, roupas e outros objectos importados do estrangeiro, quando se verifique que não podem ser produzidos pela indústria nacional.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 6 de Dezembro de 1944. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Marcelo José das Neves Alves Caetano.

Decreto n.º 34:177

Sendo indispensável que nos projectos de orçamento das colónias se mencionem as disposições legais que autorizam a inscrição de verbas no capítulo 10.º da tabela de despesa de forma a facilitar a sua revisão;

Reconhecendo-se a necessidade da inscrição de algumas verbas novas nos orçamentos coloniais e convido regular outras matérias relativas à execução orçamental;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial e usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e nos termos do § 2.º do mesmo artigo, por motivo de urgência, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Nos projectos de orçamento para 1946 deverão os Serviços de Fazenda das Colónias indicar as disposições legais que autorizam a inscrição das verbas no capítulo 10.º da tabela de despesa, com excepção daquelas que se reconheça que não podem deixar de ser encargo da própria Administração.

Art. 2.º No capítulo 10.º da tabela de despesa dos orçamentos de todas as colónias são inscritas as rubricas seguintes:

- a) Subsídio ao Instituto Ultramarino;
- b) Subsídio à Lutuosa do Ministério das Colónias;
- c) Subsídio à Associação de Socorros Mútuos A Previdente dos Funcionários Coloniais, com sede em Lisboa;
- d) Despesas, na metrópole, com o internamento de funcionários em manicómios e casas de saúde para alienados;
- e) Despesas com a aquisição de exemplares zoológicos destinados ao Jardim Zoológico e de Aclimatação de Lisboa;
- f) Despesas especiais de propaganda, conforme instruções ministeriais;
- g) Contribuição para o Instituto Internacional de Línguas Africanas.

Art. 3.º Nas tabelas de despesa dos orçamentos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique será inscrita no capítulo 10.º a seguinte rubrica:

Despesas com o pessoal e material para realização de trabalhos científicos, conforme o plano de

investigações científicas elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Art. 4.º As dotações para as verbas de despesa mencionadas nos artigos 2.º e 3.º dêste decreto serão fixadas para o ano económico de 1945 pelo Ministro das Colónias no acto de revisão dos orçamentos coloniais.

§ único. Para os anos económicos de 1946 e seguintes serão as referidas verbas dotadas na forma legal pelos governos coloniais.

Art. 5.º No capítulo 10.º da tabela de despesa dos orçamentos gerais das colónias, e subordinadas ao artigo relativo a «Subsídios e pensões», devem ser inscritas as seguintes verbas:

Para pagamento de pensões a pensionistas e sinistrados a cargo da colónia:

- a) Já concedidas;
- b) A conceder no decurso do ano económico.

§ único. As pensões da alínea a) devem figurar no citado capítulo 10.º pela importância total da respectiva relação nominal anexa ao orçamento.

Art. 6.º A autorização do Ministro das Colónias para que sejam utilizados os saldos positivos das contas de exercício coloniais como contrapartida de créditos, compreendendo os especiais para reforços de verbas das tabelas de despesa dos orçamentos das respectivas colónias, sempre que para essa contrapartida não haja disponibilidades nas mesmas tabelas, será dada por portaria.

Art. 7.º Das receitas consignadas no capítulo 8.º dos orçamentos da receita das colónias serão entregues a quem pertencerem as importâncias que forem efectivamente cobradas, mas sem que sejam excedidas as verbas respectivamente inscritas nas tabelas de despesa dos mesmos orçamentos.

§ único. Pode contudo o Ministro das Colónias autorizar o reforço das verbas de despesas com contrapartida no excesso de cobrança das respectivas receitas consignadas no capítulo 8.º, sempre que o governador o proponha e justifique a necessidade do reforço.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 6 de Dezembro de 1944. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Marcelo José das Neves Alves Caetano.

Decreto n.º 34:178

Tendo em vista o disposto nos artigos 11.º, n.º 13.º, e 162.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 29.º do Acto Colonial e pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Disposições gerais

Artigo 1.º São de execução permanente todas as disposições do decreto n.º 33:303, de 8 de Dezembro de 1943, que pelos seus termos ou natureza não respeitem à criação de recursos ou encargos restritos ao ano económico de 1944.

Art. 2.º Os serviços dos correios, telégrafos e telefones coloniais deverão, no ano económico de 1945, elaborar